

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO****OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE****DATA: 07/07/2015****LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS**

001 Aos sete dias do mês de Julho de dois mil e quinze, em primeira convocação e às nove horas (09:00h) e às nove  
002 horas e quatorze três minutos (09:14) em última convocação, no Auditório do Conselho Estadual de Saúde de  
003 Goiás–CES/GO, situado à Av. República do Líbano, nº 1.875, Edifício Vera Lúcia, 7º andar, no Setor Oeste em  
004 Goiânia, Goiás, dá-se o início à **Sétima Reunião Ordinária do ano de dois mil e quinze** do CES/GO, para  
005 apreciação e deliberação da seguinte pauta: **ITEM 1** – Apreciação e Deliberação da Ata referente à Reunião  
006 **Ordinária do dia 02/06/2015 - Expositor:** Mesa Diretora. **ITEM 2** – Apresentação do cronograma do Plano de  
007 Adequação do Componente Especializado, (medicamentos especiais), conforme Acórdão nº 3295/2014 do TCU -  
008 **Expositor:** SES; **ITEM 3** – Apresentação das Portarias sobre o ParticipaSUS (transferências de recursos do  
009 Ministério da Saúde aos Estados e Distrito Federal), e Deliberação sobre os componentes para participarem do  
010 Grupo de Trabalho para elaboração de projetos para atender a Portaria GM/MS nº 2979/2011 – do ParticipaSUS -  
011 **Expositor:** SCAGES, Gerência de Planejamento, COSEMS e Mesa Diretora. **ITEM 4**– Apresentação e informes  
012 sobre o andamento da 8ª Conferência Estadual de Saúde de Goiás - **Expositor:** Mesa Diretora.; A mesa de  
013 abertura foi composta pelos integrantes da Mesa Diretora: Presidente Venerando; 1º Secretário Neiton Pedro  
014 Chaves; 2º Secretário Paulo Gomes Brito. **Presidente Venerando** justifica as ausências: **Maria Cecilia Martins**  
015 **Brito** – Entidade: CMAC Juarez Barbosa – Central de Medicamentos de Alto Custo, em razão de viagem a  
016 trabalho; **Conselheiro Odesson** – AV/Cesio - em virtude de viagem para participar Conferência Municipal de  
017 Santa Rita do Araguaia. **Conselheiro Gerinaldo Assunção**, em razão de viagem a Correntina – BA para  
018 compromissos técnicos. **Conselheiro Marcelo Rodrigues Silveira** – SOEGO, por razões particulares;  
019 **Conselheira Viviane Ribeiro** – COREN – em razão de tratamento de saúde; **Conselheira Sandra Maria de**  
020 **Souza** – SEMIRA, em razão de viagem a trabalho para o município de Porangatu/GO. **Conselheira Jesulina**  
021 **Regis dos Santos**, SINTEFESP, por motivo de viagem; **Conselheira Edna Maria Covem**, SES por motivo de  
022 férias regulamentares; **Conselheiro Amilton Graciano Ramos** via fone por motivo de doença em pessoa da  
023 família. **Presidente Venerando** inicia convidando um conselheiro para que faça uma oração. O Conselheiro  
024 suplente, José Roldão Gonçalves Barbosa se candidata e realiza este momento com Deus para dar início aos  
025 trabalhos. Em seguida Presidente da mesa pede aos conselheiros que inscreveram para informes que se  
026 manifestem. O que foi iniciado pelo próprio conselheiro que realizou a oração. **INFORMES DOS**  
027 **CONSELHEIROS: Conselheiro, José Roldão.** Sr.Roldão apresenta um informe que é exposto através de  
028 apresentação em slides. Esta abrange a situação das Santas Casas em todo o território Brasileiro. O conselheiro  
029 pede para colocar a apresentação que preparou. O documento abrange assuntos como: a Rede Hospitalar de  
030 Santas Casas e Filantrópicos Brasileiros com alguns dados estatísticos referente o atendimento de produção de  
031 2014 e de estrutura 2012. Ele reforça a situação difícil que encontram-se as Santas Casas. Também apresenta o  
032 Orçamento Saúde/PAÍS por esfera de Governo Brasil de 1980 a 2014, apresentando os índices da União, Estados  
033 e Municípios. Diz que fala em nome do SUS e explica que sua fala não tem condão político. Apresenta também  
034 uma tela dos investimentos em saúde usando como dado estatístico o PIB (dados de 2011), e apresenta dados  
035 com referências em US\$ (dólar) do ano de 2010 referente os países E.U.A, Alemanha, França e Brasil, em que  
036 descreve valores de despesas privadas com um comparativo em relação às despesas públicas. A fonte utilizada  
037 foi a OMS: Organização Mundial de Saúde e as estatísticas sanitárias do ano de 2013. Fala sobre a situação da  
038 Santa Casa de Goiânia, reforça que haviam recursos dos SUS para que fossem feitos inúmeros benefícios e  
039 investimentos naquela instituição. Todavia, lembra que estes recursos nunca são suficientes e por isso resta  
040 sempre a necessidade de fazer dívidas e solicitar recursos às diversas esferas de poder. Fala sobre as dívidas de  
041 todas as entidades filantrópicas do Estado. Cita o conselheiro Aderrone e o trabalho que vem fazendo e reforça a  
042 batalha que estão travando em favor das Santas Casas, em especial a de Goiânia. Lembra a problemáticas das  
043 UTIs, e diz que há um movimento pela saúde que precisa ser reforçado. Explica que como presidente da  
044 Federação das Santas Casas, resolveu adotar o movimento a favor da saúde e das Santas Casas. Apresenta um  
045 último slide sobre a agenda de eventos pretéritos e futuros relacionados. Informa que aconteceu uma reunião no  
046 dia 29/06 – sobre a Ação nos Municípios, e reforça sobre os que ainda acontecerão nos dias 13/07 – Dia D em  
047 defesa da Saúde – Ação dos Estados, dia 04/08 – Dia D em defesa da saúde e paralisação geral – Ação Nacional  
048 em Brasília/DF. **Conselheira Rosa Irlene**, pede para fazer um informe extra, sobre o encaminhamento do  
049 trabalho do grupo da Política da Educação Permanente, trabalho continuado e iniciado em 2009. Lembra que  
050 pretende apresentar na próxima plenária em agosto o documento que foi finalizado pelo GT. **Conselheira Elza**  
051 apresenta seu informe a respeito das justificativas sobre o texto do documento que foi encaminhado sem  
052 formatação, com erros ortográficos, esclarece que o GT é um grupo de farmacêuticos e diz que qualquer um que

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO**

053 se manifeste, ela se encarrega de trazer para a pauta no conselho. Ela diz que a solicitação foi da comissão de  
 054 saúde pública do conselho de farmácia, e complementa que é através daquele conselho que migram as  
 055 informações. Ela apresenta algumas considerações para corrigir o documento o qual havia encaminhado aos  
 056 conselheiros. Pede uma atenção especial ao caso em razão dos recursos envolvidos. O outro informe é sobre as  
 057 indicações e diz que é chegado o momento de consolidar, fala sobre o Saúde Mais 10, pede para reforçar com os  
 058 delegados e reforça que já mandou para a secretaria-executiva alguns assuntos relacionadas com os municípios e  
 059 pede a participação de todos para que outras ferramentas de acompanhamento sejam criadas para o  
 060 acompanhamento e controle das legislações. **INFORMES DA MESA DIRETORA: Item 1 -**  
 061 **OFÍCIO/MS/SE/DICON/GO Nº 384: Convênio nº 2909/2000** – Implantação, Aparelhamento e adequação de  
 062 Unidades de Hematologia e Hemoterapia/Hemorrede; **Presidente Venerando** lê o documento que está junto aos  
 063 arquivos desta ata e que também foi devidamente encaminhado via e-mail aos conselheiros. Diz que o Ministério  
 064 da Saúde notificou o descumprimento e fala que é preciso notificar a SES, apresentando um prazo para que ela  
 065 formate um documento com os devidos esclarecimentos sobre o tema por ser de extrema relevância, diz ser  
 066 necessário chamar o Gestor do Estado e o conselheiro Mauro Rubem, acrescenta que deveria também ser  
 067 convidado um representante do Ministério da Saúde. Este solicita uma cópia do documento. Presidente  
 068 Venerando diz que os conselheiros receberam alguns dos informes, enviados por e-mail. **Item 2 - OFÍCIO Nº**  
 069 **2339/2015 – SCAGES/SES-GO** – Pedido para retirar da pauta - “Apresentação da Portaria Participa SUS” em  
 070 razão da não constituição do Grupo de Trabalho. Faz também a leitura do documento. **Presidente Venerando**  
 071 passa então para primeiro item da pauta que é a aprovação da Ata do dia 02/06/2015, **Secretário Paulo Brito,**  
 072 faz uma correção da linha 32 onde se diz: saúde é um dever do Estado e dever de todos. Tendo sido corrigido,  
 073 dá-se como aprovada a referida ata. **Presidente Venerando** passa para a palavra para a conselheira Elza, para  
 074 apresentação do item 2, conforme Acórdão nº 3295/2014 do TCU; **Conselheira Elza** diz que **Diz** foi solicitou  
 075 informações sobre a Adequação determinada pelo TCU – Ref: Acórdão 3214/2014 -Tribunal de Contas da União  
 076 foi ao gestor do Juarez Barbosa, mas o mesmo informou que quem poderia responder essas informações era a  
 077 Secretaria Estadual de Saúde. Ela esclareceu que a Assistência Farmacêutica é formada por três componentes  
 078 sendo: assistência farmacêutica básica que são medicamentos dispensados na atenção básica (unidades básicas)  
 079 recursos repassados fundado a fundo para aquisição nos municípios; estratégicos com aquisição centralizada no  
 080 MS (Ministério da Saúde) e Especializados com parte de medicamentos com aquisição pelo Ministério para  
 081 centralizar compras e baixar custos, já que compras fragmentadas não conseguem um preço acessível e outros  
 082 medicamentos com aquisição no Estado com recursos federais com a descentralização pactuada na tripartite, foi  
 083 publicado que para descentralização desses medicamentos nas regionais de saúde com transporte  
 084 , acondicionamento e dispensação adequadas é de responsabilidade do Estado conforme protocolo . O TCU  
 085 realizou uma auditoria no Componente Especializado em todo os Estados Brasileiros devido ao montante de  
 086 recursos aplicados. Isso tinha como objetivo avaliar o custo benefício, e não acesso, porque quanto aos  
 087 componentes especializados que tem acesso garantido no Estado, só falta gestão. Na Auditoria do TCU foram  
 088 constatadas várias inconformidades em relação à transporte inadequado, armazenamento e dispensação o que não  
 089 é feito pela SES, estrutura física e recursos humanos nas regionais na qual os medicamentos foram  
 090 descentralizados e que a descentralização não ocorreu na maioria das regionais de saúde. O TCU Publicou um  
 091 Acórdão determinando que a SES regularize as inconformidades no prazo de um ano à partir de janeiro de 2015.  
 092 O Acórdão foi enviado ao Conselho Estadual para que pudesse Acompanhar as adequação de todas as  
 093 inconformidades determinadas no ACORDÃO 3214/2014 - TCU- e se a adequação não ocorrer dentro do prazo,  
 094 a obrigação do Conselho Estadual será a de denunciar ao Ministério Público Federal e Estadual.foi pedido uma  
 095 análise ao Gestor Juarez Barbosa para que pudesse apresentar esclarecimentos sobre o assunto. Ela diz que  
 096 existem três componentes de medicamentos sendo: especializado, básico, estratégico, e diz que para cada doença  
 097 existe um protocolo, em especial, para os medicamentos especializados. Diz que o acesso ao componente  
 098 especializado está muito bom e garantido desde que tenha uma boa gestão no Estado. Reforça que o custo  
 099 fragmentado para cada Estado comprar não propicia uma compra acessível, já que o Estado consegue comprar de  
 100 forma reunida para facilitar esta compra, e explica sobre o medicamento de alto custo dispensado no Juarez  
 101 Barbosa. Ela reforça que houve uma portaria para haver a descentralização destes medicamentos. Diz que uma  
 102 vez descentralizando nas regiões de saúde, seria preciso adequar alguns itens, como transporte, acondicionamento  
 103 e outros. Fala que houve uma auditoria do DENASUS, e agora veio uma auditoria do TCU em razão do montante  
 104 do dinheiro aplicado. Lembra que esta auditoria aconteceu com o objetivo de checar sobre o custo-benefício. Ela  
 105 explica que não foi descentralizado na maioria das regiões, e completa dizendo que onde isso aconteceu também  
 106 não está condizente com o necessário. Ela informa que o TCU deu a entender que deveria passar pela avaliação  
 107 do Estado, por esta razão eles passaram para o CES, para que a plenária possa deliberar sobre este assunto, para

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO**

108 saber qual será a demanda ao gestor para saber como está a situação. Ela fala que o papel do CES seria  
 109 encaminhar ao Ministério Público para que a determinação seja cumprida por parte do Gestor Estadual. Ela diz  
 110 que pediu a secretaria do CES para encaminhar o Acórdão mas em razão do arquivo ser muito extenso optou por  
 111 fazer estes três resumos para facilitar o entendimento. **Presidente Venerando**, diz que está aberto para  
 112 considerações. Ele fala que foi definido pelo TCU um prazo para as adequações. Diz que será determinado um  
 113 prazo para o cumprimento das determinações e a secretaria apresente as explicações sobre o tema. Ela pergunta  
 114 se os conselheiros têm alguma outra sugestão para complementar. **Conselheiro Mauro Rubem**, faz uma  
 115 complementação dizendo que o problema é concreto e reforça que considera que a SES precisa vir no CES com  
 116 um representante do Tribunal de Contas, inclusive trazer pacientes, pessoas que estão sofrendo. Sua proposta  
 117 seria paralisar qualquer a pasta no CES, para que a SES possa respeitar o papel deste colegiado. Diz que o  
 118 tribunal de contas também deve ser trazido aqui, deveria haver uma acareação entre eles. Acha que o envio de  
 119 documentação somente não seria suficiente. Diz que deve oficializar um convite a SES e ao Tribunal para que  
 120 aquela instituição apresente como os erros apontados serão corrigidos. Diz ainda que ela deve apresentar o  
 121 impacto gerado para a população. Reforça que cada vez mais é preciso fortalecer o plenário do CES, diz ser  
 122 necessário que a equipe de comunicação apresente para a opinião pública o que está acontecendo, sem  
 123 detrimento do que foi sugerido pela Mesa Diretora. Sua proposta é fazer esta reunião com a presença destes  
 124 órgãos citados. Explica que existem desvios, chama atenção sobre a assistência farmacêutica e propõe que o setor  
 125 que cuida desta pasta na SES seja trazido aqui para apresentar as considerações. **Conselheira Elza**, propõe que o  
 126 encaminhamento seria oficializar convocando para que a SES traga a situação, explique sobre o que foi realizado  
 127 e o que não foi. Diz que quando se fala em estrutura física, não se resolve rápido em razão dos trâmites  
 128 necessários, lembra que são muitas as inconformidades e completa dizendo que está tudo descrito no documento.  
 129 Diz que o Conselho de Farmácia, já chamou todos os segmentos e não foram atendidos. Diz que ninguém sabe ou  
 130 apresentou qualquer consideração a respeito. Ela explica que chamar o setor não seria suficiente, pois este já foi  
 131 acionado e não teve abrangência para resolver o assunto. Chamou o Juarez Barbosa, e a coordenação  
 132 farmacêutica da SES que disseram que este assunto não estaria na competência destes. **Conselheira Glauciene** –  
 133 Pastoral Carcerária, diz que achou um absurdo o assunto e diz que a preocupação maior seria o pronunciamento  
 134 do CES para cobrar as informações da SES, pois preocupa-se com a omissão em razão da gravidade. Diz que  
 135 deveria também ser convidado para esta reunião o Ministério Público para que os órgãos de controle tenham  
 136 conhecimento do tema pela seriedade que ele requer que seja conduzido. Ela reforça que que não tem condições  
 137 da saúde continuar do jeito que está, não somente na seara de medicamentos, mas sobretudo o atendimento da  
 138 saúde, diz que quando se trata de medicamentos é preciso pensar na questão dos custos. Ela finaliza que a SES  
 139 compôs um conselho que está escrevendo as políticas públicas do sistema carcerário e diz que a questão do  
 140 medicamento é muito pontual e deve ser vista de forma prioritária. **Conselheiro Wesley** diz que sobre o  
 141 encaminhamento, seria viável a presença do representante do TCU, que o CES deveria acatar a sugestão deste  
 142 órgão para se embasar e ampliar o debate. Diz que deveria chamar o TCU com o relatório deles. Presidente  
 143 Venerando diz que o documento - Acórdão, encaminhado pela Elza, diz que o TCU fez um documento com uma  
 144 determinação para que a SES fizesse as adequações. Diz que somente agora o CES foi provocado sobre este  
 145 assunto, e a responsabilidade deste colegiado passou a ser a de agente controlador para fazer e exigir com que as  
 146 determinações sejam cumpridas pela SES e neste caso então também é o momento de se pedir os devidos  
 147 esclarecimentos para acompanhar como está acontecendo o desenrolar disso. **Conselheiro Mauro Rubem**, diz  
 148 que o representante do TCU deveria apresentar para os conselheiros as fundamentações necessárias. Presidente  
 149 diz que irá se apropriar do documento, e reforça que este seria o encaminhamento correto, qual seja: propor uma  
 150 reunião com a participação de todos os entes envolvidos. **Conselheira Rosemaria** – SERCON – Tribunal de  
 151 Contas, diz que a partir da conclusão do Acórdão, o prazo para apurar as irregularidades e de se fazer as  
 152 adequações deveria ser de 12 meses. Diz que já passou alguns meses e por isso concorda que os técnicos devam  
 153 vir aqui e dizer como foram apuradas as irregularidades. **Presidente Venerando** passa para o **Item 3** –  
 154 Apresentação das Portarias sobre o ParticipaSUS (transferências de recursos do Ministério da Saúde aos Estados  
 155 e Distrito Federal), e Deliberação sobre os componentes para participarem do Grupo de Trabalho para elaboração  
 156 de projetos para atender a Portaria GM/MS nº 2979/2011 – do ParticipaSUS. Ele explica que a Secretaria pediu  
 157 para que o tema fosse adiado em razão da mudança com relação aos participantes do grupo de trabalho. Ele  
 158 reforça sobre o tempo que se acumula, e diz que pediu para que a SES que fizesse um levantamento. Esclarece  
 159 que pediu a todos os órgãos, mas diz que ficou faltando o montante exato de recursos, fala que o Lucas deveria  
 160 vir aqui esclarecer todos os pontos obscuros. Fala que parte do recurso já foi liberado, mas lembra que não existe  
 161 a informação do montante exato. Diz que o grupo de trabalho não estaria se reunindo, e Rosa diz que o grupo se  
 162 reuniu uma vez, **Presidente Venerando** diz que esta reunião foi provocada pelo próprio CES. Ele reforça que

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO**

163 pediu a SES que estivesse presente para prestar os devidos esclarecimentos sobre este assunto. Ele lê então o  
 164 documento encaminhado pela SES em que solicitou o adiamento da exposição deste item da pauta, tendo em  
 165 vista que o grupo de trabalho está indefinido. **Presidente Venerando** explica que não haverá como discutir o  
 166 assunto. Pede esclarecimentos da conselheira – Rosa Irlene – NPQ. **Conselheira Rosa Irlene** informa que o  
 167 grupo era coordenado pela conselheiro Dante, diz que na primeira reunião foi levantada a questão do projeto que  
 168 foi inclusive feito, diz este foi encaminhado e explica que na chegada de outra verba, quando fizeram uma nova  
 169 reunião, já havia feito um planejamento para que esta verba fosse administrada e reforça que foi feito um novo  
 170 planejamento, coordenado por Dante, representante da SES, e Silvana – Representante do Governo, porém  
 171 lamenta que não houve outros encaminhamentos. Ela lembra que o Dante não faz mais parte da SCATES, e  
 172 reforça ser mesmo necessário uma reformulação do grupo de trabalho em razão das mudanças ocorridas.  
 173 **Presidente Venerando** fala da dificuldade de gastar o dinheiro, lembra que tem recurso inclusive do ano de 2008.  
 174 Diz que o que falta saber é qual seria o valor exato acrescido dos dividendos. Diz que além disso trouxe para o  
 175 plenário, a indicação dos representantes do CES, uma vez que os antigos membros já não fazem mais parte do  
 176 grupo. Diz que precisa de mais dois nomes, pede para que os conselheiros se habilitem para participar. Diz que  
 177 seria como de costume trazer para a plenária para que as pessoas possam se manifestar. Rosa Irlene confirma seu  
 178 nome e **Presidente Venerando** vai encaminhar via e-mail a todos os conselheiros e cobrará até o final da semana  
 179 para que possa então ser criado o grupo de trabalho. **A conselheira Glauciene** pergunta se não seria exigido para  
 180 este GT apenas membros servidores da Secretaria e **Presidente Venerando** responde que os representantes do  
 181 CES, não precisam necessariamente ser da secretaria. **Conselheira Idelma Rodrigues** se candidata a participar  
 182 deste grupo de trabalho. **Presidente Venerando** passa para o próximo item. **ITEM 4– Apresentação e informes**  
 183 **sobre o andamento da 8ª Conferência Estadual de Saúde de Goiás; Presidente Venerando** lamenta sobre a falta  
 184 de participação dos conselheiros nas conferências municipais. Ele diz que sua opinião pessoal é que a falta de  
 185 participação dos conselheiros implica em sugestão para que a Mesa Diretora proponha uma troca dos  
 186 representantes das entidades, e completa dizendo que os conselheiros demonstram sua participação não somente  
 187 com a presença, ele reforça que muitas vezes uma resposta aos e-mails já seria suficiente e fala que  
 188 minimamente os membros deveriam se oferecer para participar das ações, sobretudo em relação às colaborações  
 189 na 8ª Conferência. Ele reforça sobre a falta de contribuição dos conselheiros e explica sobre o assessoramento  
 190 que deve acontecer nos municípios para que as conferências aconteçam nos moldes determinados pelo CNS. Diz  
 191 ser preciso construir uma conferência que pudesse mudar os rumos e que fosse transformadora. Parabeniza sem  
 192 citar os nomes, aqueles que participam ativamente dos trabalhos, mas abre para manifestações do colegiado sobre  
 193 as contribuições que vem se fazendo cada vez mais imperiosa diante do amplo trabalho a ser realizado. Reforça  
 194 que precisa contar com o esforço e a contribuição dos demais conselheiros. Explica que Goiás já realizou 74  
 195 conferências, sendo que algumas conferências foram realizadas sem a participação do CES. Lamenta o fato e  
 196 completa reforçando que é preciso fazer com que estas ações estejam sempre alinhadas e de acordo com os  
 197 princípios do SUS. Informa que já realizou cerca de 70 conferências municipais, todas já agendadas até o dia 15,  
 198 e que chegará a um número perto de 80. Diz que alguns municípios têm acatado e respeitado o que preconiza o  
 199 CNS. Lembra que Anápolis já realizou a 9ª conferência. Lembra que já está previsto em documento legal, que o  
 200 município que não realizar estará sujeito a sanções, inclusive em relação ao repasse de recursos. Se houver  
 201 apuração do Ministério da Saúde, com certeza haverá punição. Diz que as regionais de saúde e a SES tem  
 202 ajudado muito, mas diz que é preciso entender que este papel de apoiar não é somente da Secretaria do Conselho,  
 203 e lembra que o que não é resolvido pelos conselheiros, acaba ficando na competência da mesa diretora que acaba  
 204 ficando com o papel de forma impositiva, pois isso é cobrado do CES desta forma. Explica sobre a falta de  
 205 prática dos Municípios em fazer a conferência, diz que foi feito um pleito e que foi solicitado em reunião ocorrida  
 206 em Brasília para solicitar uma dilatação de prazos para que as conferências aconteçam conforme o cronograma  
 207 previsto. Ele explica sobre o credenciamento livre, para que haja uma mobilização diferente, para que outros  
 208 representantes tenham oportunidade de participar. Os atores precisam ser ampliados. Diz que é preciso descobrir  
 209 estes novos grupos. Reforça que existem pedidos de vários municípios que já se manifestaram não ser possível  
 210 cumprir o prazo. **Presidente Venerando** diz que provavelmente até o dia 25/07 ainda haverá município realizando  
 211 conferência. Diz que tem a expectativa de marcar ainda hoje uma reunião da comissão organizadora para agilizar  
 212 alguns encaminhamentos que se fazem necessários em virtude do prazo cada vez mais apertado. **1º Secretário –**  
 213 **Neiton – ASPEGO**, desculpa-se pelo atraso e reforça sobre a falta de participação dos conselheiros  
 214 representantes das entidades. Ele lembra que o conselheiro não participa e depois critica o que está sendo feito.  
 215 Ele reforça que se não há condições de participação por este ou aquele conselheiro, o que deve ser feito é um  
 216 pedido para sair como representante e então ser substituído por alguém que tenha maior disponibilidade. Lembra  
 217 que é preciso maior união para se empenharem no controle social. Ele dá exemplo da participação da

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO**

218 representação de usuários, diz que nas conferências a participação é absurdamente superior nos casos de  
219 representantes de trabalhadores e Gestores. **Conselheiro Benedito – Associação Polivida**, diz que não vem em  
220 todas as plenárias, reforça que está fazendo o que pode e diz que sempre que é possível está presente.  
221 **Conselheira Sâmara – Segmento Usuários –** Diz que faz parte de uma comissão e reforça que está na  
222 dependência do trabalho de outras comissões para o trabalho avançar. Reclama que na penúltima reunião  
223 apareceram somente 4 participantes. Diz que na última reunião, só apareceu 02 conselheiros e diz que em relação  
224 a sua comissão espera que a reunião aconteça com a participação de fato dos membros. **Conselheiro Mauro**  
225 **Rubem**, fala sobre a mudança dos membros, diz que o processo é de mudança mesmo, fala que a Mesa Diretora  
226 tem mesmo seu papel, diz que tem realmente que conduzir os trabalhos, reforça que é preciso dar solução para o  
227 problema, diz que não é uma responsabilidade individual, acha que tem que criar um método para melhorar o  
228 processo. Propõe um pacto, definindo que cada conselheiro participe pelo menos de uma conferência, diz que na  
229 própria plenária deveria ser apresentado o cronograma das conferências municipais. **Presidente Venerando**  
230 informa que está no site e reforça que também será apresentado na Plenária. Pergunta quais membros presentes  
231 estão liberados apenas para participar junto ao CES. Ele propõe que seja feito um esforço entre todos para somar  
232 as forças. Propõe também que se saiba qual é o resultado que se espera desta conferência. O que de fato se  
233 pretende, diz que é preciso unificar os principais objetivos. Lembra de outras conferências, sobretudo na  
234 constituinte de 1988 o fato de que muitos avanços foram conquistados. Ele reitera que está fechado no que já foi  
235 apresentado pelo CNS. **Conselheiro Mauro Rubem** diz que este conselho já acabou e se tornou preciso uma  
236 renovação do CES, lembra que está havendo um desmonte do SUS, muitos que diz defender não apresentam  
237 quais são suas propostas. Ele lembra que se não houver unificação, será enfraquecido. Lembra a questão da  
238 terceirização. Diz que pode acontecer o fim do SUS, se atitudes não forem tomadas. Ele defende propostas  
239 centrais para que se chegue a um objetivo comum e que seja melhor para o SUS e conseqüentemente para a  
240 Saúde. Diz que é preciso compreender os riscos, volta na questão central, diz estar convencido de que se não  
241 houver uma atuação muito forte dos representantes do CES, e uma unificação de ideias, a perda para o SUS será  
242 irreparável. Diz que apoia a análise feita pelo CNS, e fala sobre o risco que o SUS está correndo. Ressalta a  
243 Conferência Estadual, se disponibiliza a participar mais sobretudo no horário da manhã, em razão de sua agenda  
244 no Município e Estado. Ele lembra ainda que pessoalmente o conselheiro não possa ir, não impede que este  
245 acione pessoas e representantes para estarem presentes nestas ocasiões de conferências. **Presidente Venerando**  
246 diz que é preciso defender o projeto encaminhado pelo CNS. Ele reforça que o CES entendeu que o documento  
247 norteador do CNS atende às necessidades e prioridades e portanto é apoiado pelo conselho. **Presidente**  
248 **Venerando** lembra a inauguração do HUGOL na data do dia 06/07 e diz que só havia a Bandeira do Estado de  
249 Goiás, e perguntou porque não havia a bandeira do Brasil, e diz que a resposta obtida é o fato de que se lá  
250 estivesse esta bandeira representaria questões partidárias em relação ao Governo Federal. O **Presidente**  
251 **Venerando** lembra que situações absurdas como esta também acontecem nas conferências municipais, e diz que  
252 é papel das representações pelo menos minimizar estes absurdos. **1º Secretário – Neiton**, discorda da fala do  
253 **Conselheiro Mauro Rubem**, que diz que o conselho acabou. Ele reforça que a culpa não é de cada conselheiro,  
254 mas sim das entidades que não asseguram a participação de cada membro. Ele diz que sua entidade encaminhará  
255 outra pessoa para participar no conselho, mas reforça que o trabalho dele foi feito. Ele lembra que a Mesa  
256 Diretora não existiria se não houvesse o Pleno. Diz que não haverá resultado sem ter trabalho, e diz que se os  
257 conselheiros não trabalham não se pode esperar resultados. Ele lembra que é preciso averiguar o porquê da falta  
258 de participação dos membros. **Paulo Brito –** diz que respeita muito o papel do conselheiro Mauro Rubem, mas  
259 reforça a fala do 1º Secretário, pois acha que o comentário que aquele conselheiro fez foi extremamente infeliz,  
260 lembra de todas as suas próprias dificuldades em estar presente, mas não concorda com este posicionamento pois  
261 acredita que o trabalho persiste e está sendo muito bem conduzido. A **Conselheira Glauciene–** Pastoral  
262 Carcerária, diz que o entendimento dela sobre o que disse o conselheiro Mauro Rubem foi diferenciado. Diz que  
263 está encontrando uma dificuldade de compatibilizar a agenda dos membros da comissão de relatoria. Entretanto  
264 firma um compromisso para encontrar um caminho para unir forças e fazer o trabalho que tem que ser feito. Ela  
265 lembra que pode ajudar, mas necessita haver um apoio e deveria ter uma disponibilização da agenda para que  
266 possa se programar melhor e então colaborar com o trabalho. Lembra que é preciso haver um planejamento. Ela  
267 lembra que as OS também serão implantadas na rede de ensino. Ela diz que comunga do pensamento do  
268 conselheiro Mauro Rubem que a terceirização poderá mesmo acabar com o SUS. **Presidente Venerando**, reforça  
269 o sentido da fala do conselheiro. **Conselheira Rosália** diz que entendeu, que estando em processo de conferência,  
270 que esta composição do conselho está em fase de finalização. **Conselheiro José Luiz –** Conselho do HDT,  
271 pergunta porque não poderia haver uma aproximação dos conselhos dos hospitais, para que pudesse dar apoio a  
272 este trabalho das conferências. Diz que em suas viagens observa que os CMS, são extremamente políticos,

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO**

273 reforça que a população precisa ser mais atuante, mas diz que estes são os que menos têm acesso a estes  
 274 conselhos. **Convidada Josélia** (MS), diz que entendeu a fala do conselheiro Mauro, diz que faz parte da  
 275 comissão de mobilização e diz que até a presente data ainda não recebeu nenhum convite para se reunir.  
 276 **Presidente Venerando** agradece a participação dos conselhos dos hospitais. **Conselheiro Mauro Rubem**  
 277 esclarece que o que quis dizer foi que se está acontecendo a conferência se não seria neste momento a renovação.  
 278 A fala dele não serve para o CES, pois no municipal é assim, o que justifica a sua fala. Diz que no município a  
 279 mudança das entidades acompanham a data da conferência. Presidente Venerando diz que a eleição do CES,  
 280 acontecerá em Dezembro 2016, portanto não tem ligação com a conferência. **Conselheiro Mauro Rubem** reforça  
 281 a importância de convidar pessoas, estimular a participação, lembra que a participação é espontânea e consciente.  
 282 Diz que a responsabilidade da Mesa Diretora seria de construção e atrair a participação. Se isso não está sendo  
 283 feito devidamente, a consequência é mesmo a pouca participação. Conselheiro Mauro continua falando sobre os  
 284 cargos de procuradores no interior e diz que a maioria dos promotores são privatistas. Ele diz que os  
 285 promotores do interior que ganham R\$156.000,00 conforme publicação realizada pelo jornal O Popular do dia  
 286 06/07/15, diz que os que têm consciência do SUS não precisam participar deste processo. Diz que não quer  
 287 carregar o caixão do SUS. Ele fala que infelizmente o Governo Federal permitiu a abertura do capital externo.  
 288 Diz que a contribuição é voluntária e consciente, mas questiona quais são as estratégias do Conselho Estadual em  
 289 relação a isso e questiona no que os representantes podem ajudar. Diz que cada município é um feudo, um curral,  
 290 diz que a proposta do SUS e do CES é a de salvar vidas, fala que independente das pequenas diferenças, o papel  
 291 da mesa seria agradar o máximo de pessoas possível, de tudo para todos sem limites. Diz que deve passar este  
 292 conceito para o usuário para que ele saiba qual é o seu papel. Lembra que não tem na câmara 10 deputados fiéis  
 293 ao SUS, diz que é preciso ter consciência do nosso direito. Reforça que é preciso agir estrategicamente, lembra  
 294 que precisa do debate para ter a melhoria. **Presidente Venerando**, esclarece que cabe a ele a responsabilidade e o  
 295 papel de cobrar, pois os “puxões de orelha” têm 2 (dois) anos que estão acontecendo mas permanecem os  
 296 mesmos problemas. Cita o exemplo das comissões que não se consegue formar e portanto conclui dizendo que  
 297 precisa torná-las mais efetivas. Ele diz que o problema é a atitude de alguns conselheiros que não participam das  
 298 comissões, mas quando se tem um projeto feito, o conselheiro chega no final criticando o trabalho realizado. Ele  
 299 entende que este é o seu papel, e diz que considera isso como uma reflexão de quem quer estar num CES, pois  
 300 reforça que precisa esclarecer que ninguém se representa, diz que cada membro representa a sua entidade, que  
 301 talvez não esteja bem representada. Ele cita o papel das entidades que não asseguram esta participação de forma  
 302 efetiva. Ele reforça que faz uma reflexão, para saber qual é a direção que pretende-se tomar, diz ainda que é  
 303 preciso que o CES chegue no município e diga qual é verdadeiramente o papel que se espera de cada conselho  
 304 seja ele municipal ou Estadual. Completa falando que precisa explicar na plenária sobre os papéis que não estão  
 305 sendo cumpridos. Lembra que não fala isso fora, mas que na plenária é papel dele se expressar e mostrar o que  
 306 está ocorrendo e quais são as problemáticas principais, pois o colegiado precisa ter uma direção. Diz que este  
 307 processo de conferência é novo, a prática é nova e portanto exige maior e melhor orientação por parte do CES.  
 308 Alguns conselheiros de forma desordenada e sem se dirigir ao microfone falaram a respeito dos custos das  
 309 viagem e o Presidente Venerando explica que o conselheiro não tem que ir no próprio veículo, lembra que cabe  
 310 ao CES e a SES, garantir deslocamento e outros recursos necessários para esta participação. Lembra de algumas  
 311 dificuldades, mas reforça que alguns municípios são acionados para oferecer sua contribuição para que este apoio  
 312 logístico aconteça. Cita exemplos de municípios que mandaram motoristas para buscar palestrantes. Presidente  
 313 Venerando cita o caso de pessoas que estão cobrando por participações nas conferências e fala da questão ilegal,  
 314 já que um documento do CES foi emitido para informar que este tipo de cobrança é indevida. Ele informa que o  
 315 que é pedido ao município é apenas a assessoria e colaboração no deslocamento, hospedagem e alimentação nos  
 316 casos devidos ou necessários, tendo em vista que nos casos de voluntários existe a problemática de não se poder  
 317 haver o pagamento de diária. **Presidente Venerando** fala do absurdo que é a cobrança de alguns funcionários da  
 318 SES que agendaram palestras e estão cobrando por isso. Informa sobre as conferências que estão acontecendo  
 319 hoje e também cita os nomes de todos os municípios que realizarão suas conferências nos dias 08/07; 09/07;  
 320 10/07; 11/07; 14/07; 15/07; 16/07; 17/07; 20/07; (cita o nome de município por município) conforme tabela da  
 321 secretaria das conferências disponibilizada para este fim, excetuando-se apenas aquelas que ainda precisam ser  
 322 inseridas no cronograma que somam cerca de 40 municípios. **Presidente Venerando** diz que o setor de  
 323 Comunicação do CES está encarregado de publicar no site do CES a programação. **Presidente Venerando**  
 324 propõe de divulgar além do site, também ser encaminhado no e-mail dos conselheiros para que amplie as fontes  
 325 de comunicação. **Presidente Venerando** se desculpa pelas falas e também por não ter apresentado o então  
 326 nomeado Sr. Ricardo de Pina (Secretário-Executivo do CES), mas corrige apresentando o novo colaborador e dá  
 327 as boas vindas ao secretário. Agradece a presença de todos os presentes. Esclarece ainda que permanece a função

**CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/GO**

328 do Coordenador Geral do Conselho, Neusinho, no conselho e também informa sobre a substituição da  
 329 coordenação administrativa, apresentando a Sra. Cleide Márcia, nova Coordenadora Administrativa do CES, em  
 330 razão da saída da Sra. Fátima Pettinari que deixou o CES recentemente. **DELIBERAÇÕES: ITEM 1 -**  
 331 **Apreciação e Deliberação da Ata referente à Reunião Ordinária do dia 02/06/2015, aprovada com ressalva do**  
 332 **Secretário Paulo Brito, uma vez corrigida, aprovada. DELIBERAÇÃO ITEM 2:** – Apresentação do  
 333 cronograma do Plano de Adequação do Componente Especializado, (medicamentos especiais), conforme Acórdão  
 334 nº 3295/2014 do TCU – **O CES deverá provocar reunião com a participação de representantes dos órgãos**  
 335 **responsáveis para discussão, análise e providências cabíveis. DELIBERAÇÃO ITEM 3** – Apresentação das  
 336 Portarias sobre o ParticipaSUS (transferências de recursos do Ministério da Saúde aos Estados e Distrito Federal),  
 337 e Deliberação sobre os componentes para participarem do Grupo de Trabalho para elaboração de projetos para  
 338 atender a Portaria GM/MS nº 2979/2011 – do ParticipaSUS; **Foram deliberados sobre os nomes dos**  
 339 **conselheiros que farão parte do novo GT sendo: Conselheiras: Rosa Irlene Maria Serafim; Glauciene**  
 340 **Maia de Almeida Praxedes e Idelma Rodrigues, que se candidataram para fazerem parte do grupo de**  
 341 **trabalho. Conselho aprovou as indicações. DELIBERAÇÃO ITEM 4** - Apresentação e informes sobre o  
 342 andamento da 8ª Conferência Estadual de Saúde de Goiás. **Não houve deliberações. ENCAMINHAMENTOS:**  
 343 a) 1. Abordar a SES para obter as respostas diante do Acórdão do TCU, para que o Gestor apresente as  
 344 considerações necessárias e determinadas por este órgão de controle e agendamento de reunião com  
 345 representantes de todos os órgãos de controle envolvidos para esclarecimentos e providências. b) Resposta ao  
 346 Ofício 2979 com a indicação dos nomes do conselho para participação do grupo de trabalho do PARTICIPA/SUS;  
 347 Às doze horas e seis minutos (12:06h) encerrou a sétima reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde do  
 348 Estado de Goiás, e eu, Cleide Márcia de Oliveira, Administradora, lavro a presente ata em que estiveram  
 349 presentes os **Conselheiros Titulares: ROSÁLIA PEREIRA MATOS** – Entidade: Ministério da Saúde; **ELIANE**  
 350 **PEREIRA DOS SANTOS** Entidade: APAE – Assoc. De Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis; ;  
 351 **WESLEY FRANCO DE MELO** Entidade: SIEG – Sindicato do Enfermeiros de Goiás; **PAULO GOMES**  
 352 **BRITO** Entidade: SINDACSE/GO – Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate as Endemias;  
 353 **ADRIAN BARBOSA DA SILVA**, Entidade: SINBIOMED – Sindicato dos Biomédicos do Estado de Goiás;  
 354 **QUEILIENE ROSA DOS SANTOS** – Entidade: GERIR – Instituto de Gestão em Saúde; **ELZA LUIZ**  
 355 **RODRIGUES DE SOUZA** Entidade: CRF/GO – Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás;  
 356 **MARIÂNGELA DIAS RIBEIRO** Entidade: ACCG – Associação de Combate ao Câncer em Goiás **DANIEL**  
 357 **RÉGIS DE OLIVEIRA PROJETO RONDON** – Associação dos Rondonistas do Estado de GO; **VENERANDO**  
 358 **LEMES DE JESUS** Entidade: UNIVIDA – União Jussareense de Promoção ao Menor e Adolescente; **MAURO**  
 359 **RUBEM DE MENEZES JONAS** Entidade: SINDSAUDE – Sindicato dos Trabalhadores do SUS/GO; **ROSA**  
 360 **IRLENE MARIA SERAFIM** Entidade: Núcleo de Proteção aos Queimados; **JOÃO DIVINO RIBEIRO**  
 361 Entidade: ADVEG – Ass. dos Deficientes Visuais de Goiás; **SÂMARA NATACHA BORGES GONÇALVES**  
 Entidade: GRUPO AAVE – Aids: Apoio, Vida Esperança; **BENEDITO DA SILVA PEREIRA** Entidade:  
 Associação PoliVida; **NEITON PEDRO CHAVES** – Entidade: ASPHEGO – Assoc. Prod. Hortifrutigranjeiros;  
**MAURILIO JOSÉ DE CARVALHO** – Entidade: CAL – Conselho Arquidiocesano; **ROSEMARIA LIMA**  
**DOS SANTOS ALENCAR** Entidade: SERCON – Sind. dos Servidores do Tribunal de Contas do Est. De GO;  
**Conselheiros Suplentes: IDELMA RODRIGUES** – Entidade: SED – Sec. Desenvolvimento. Do Estado de  
 Goiás **MARIA AUXILIADORA DE MELO VAZ** Entidade: Vila São José Bento Cotelengo; **JOSÉ**  
**ROLDÃO GONÇALVES BARBOSA** – Entidade: FEMIGO – Fed. das Santas Casas; **GLAUCIENE MAIA**  
**DE ALMEIDA PRAXEDES** Entidade: PCA – Pastoral Carcerária Arquidiocese; **MARIA DALVA DA SILVA**  
**PINHEIRO** Entidade: AGD – Associação Goiana de Diabéticos; **Ausências Justificadas: MARIA CECILIA**  
**MARTINS BRITO** – Entidade: CMAC Juarez Barbosa – Central de Medicamentos de Alto Custo; **MARCELO**  
**RODRIGUES SILVEIRA** – Entidade: SINTASB – Sindicato Odontólogos; **EDNA MARIA COVEM**  
 Entidade: SES/GO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás; **SANDRA MARIA DE SOUZA** Entidade:  
 SEMIRA; **VIVIANE RIBEIRO** Entidade: COREN/GO – Conselho Regional de Enfermagem de Goiás;  
**GERINALDO TEODORO DE ASSUNÇÃO** Entidade: ABRAZ – Ass. Brasileira de Alzheimer e Doenças  
 Similares de Goiás; **AMILTON GRACIANO RAMOS** Entidade: SINTER/GO; **JESULINA RÉGIS DOS**  
**SANTOS** Entidade: SINTFESP – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde; **ODESSON ALVES**  
**FERREIRA** Entidade: AV/CESIO – Associação das Vítimas do Césio de Goiás; **Convidados:** Igor Bandeira –  
 FEMIGO; Marília Cláudia Carvalhais – COSEMS; José Luiz de Abreu – Conselho Local HDT; Edilberto  
 Alexandre S. Machado – SES/GEPLAN; Luiz Carlos Campos – SINTFESP-GO/TO; Felipe S. Siqueira; Josélia  
 Sales Pimentel – MS/SGEP/DAI;